

A UNIVERSIDADE É DO POVO, NÃO DA INTERVENÇÃO!

ABAIXO A NOVA INTERVENÇÃO E A IMPOSIÇÃO DA EAD!

Vimos através desta carta colocar nosso posicionamento sobre a nova intervenção e a imposição das aulas a distância feita por esta, assim como nossas reivindicações.

Denunciamos o infame projeto de imposição da Educação à Distância na UFGD, UEMS e demais instituições públicas do país, sendo este o maior ataque em décadas ao ensino público e gratuito e que avança a passos largos sua privatização. Como vínhamos dizendo há meses, tal projeto tem como objetivo substituir de forma **permanente** grande parte dos cursos hoje presenciais por cursos ead ou parte ead (chamados híbridos). O governo se aproveita da pandemia para impor algo que há anos vem almejando. O RAE, o ensino remoto emergencial (ERE) e agora o RAEMF, tem apenas aparência de temporário, mas na verdade são a porta de entrada para um projeto permanente e muito maior, sendo um enorme atentado ao pensamento crítico e científico na universidade. A implementação da Ead junto ao corte de verbas e aos ataques à autonomia universitária, tratam-se de manobras para acelerar o processo de privatização e tudo o que se conhece por universidade pública e gratuita pode simplesmente desaparecer.

Defendemos o ensino presencial como fundamental e necessário para o processo de ensino e aprendizado. A educação à distância dissocia a teoria da prática, algo essencial no processo de aquisição do conhecimento, e representa no fundo uma formação aligeirada, pragmática e tecnicista.

Passados vários meses de implementação da Ead tanto na UFGD como UEMS, vimos o verdadeiro fracasso de tal modalidade como um modelo de educação a ser seguido. O que vimos foi uma verdadeira máquina de moer estudantes e professores, esgotando-os física e psicologicamente. Sendo empurradas pilhas de avaliações, tarefas, seminários e toda sorte de embromação, onde no fundo “se finge que aprende e se finge que ensina”. O que retiramos deste período? Nada ou quase nada. A que custo? Ao custo da destruição do ensino presencial e o avanço da privatização dessas instituições. Um custo alto que logo cobrará seu preço. A todos os que ficarem de mãos cruzadas diante de tal extermínio, será cobrado. Diante de tal ataque se exige uma postura enérgica e ativa. Estamos diante de momentos decisivos e históricos.

Tentam nos impor que o RAEMF é a única opção para a universidade mas não é. Não precisamos desse “ensino” precarizante de faz de conta. Defendemos que a universidade se abra para servir ao povo.

Por que andar com um pé torto se ainda temos dois pés? Por acaso esquecem que temos a pesquisa e extensão, que são parte do tripé constituinte das universidades públicas brasileiras? Por que não angariar os estudantes nessas atividades, vinculando com as disciplinas e conteúdos de cada curso, ao invés de impor a todo custo as aulas ead? Por que não usar isso para ajudar a população? É absurdo

pensar somente em voltar normalmente, com as aulas a distância, enquanto o povo a nossa volta morre e padece em consequência da pandemia e da crise, num momento em que mais se precisa da universidade pública, seus conhecimentos, estrutura e corpo acadêmico. E ainda mais, por acaso foi debatido com os estudantes sobre as possibilidades que a universidade tem e as soluções possíveis nesse contexto de pandemia? Não foi. O que vimos foi somente imposição atrás de imposição. A isso respondemos que queremos democracia, queremos autonomia e queremos ser ouvidos!

A forma como está sendo imposta às aulas a distância através da obrigatoriedade do RAEMF é um verdadeiro absurdo para estudantes e professores, não considerando os problemas que estes enfrentam, suas condições e como isso irá afetá-los.

Nesse momento muitos estudantes estão trancando o curso, voltando para suas casas sem perspectiva para continuar na universidade na forma como está sendo imposto pela intervenção. Parece que a palavra de ordem da intervenção é “se virem”, não importando que existam muitos estudantes sem internet, ou com problemas de conexão, sem estrutura em suas casas, que tenham acumulado outros afazeres durante a pandemia como trabalho e cuidar de casa, família, etc. Também não considerando inclusive a presença na universidade de um grande contingente de estudantes indígenas e do campo, em que muitos residem em locais onde a estrutura necessária para esta modalidade é precária ou inexistente. Tudo isso é ignorado para passar a todo custo o “volta às aulas” no formato ead como se tudo estivesse normal e não houvesse problemas.

Ainda mais, é infame a chantagem que está sendo feita para obrigar os estudantes a cursarem o RAEMF colocando as obrigações de horas mínimas de *432 horas/aula para os cursos integrais e de 288 horas/aula para os outros, além de* frequência e matrículas. Ameaçando cortar bolsas, assistência estudantil, moradia, entre outros direitos caso não consigam atingir essas obrigações ou não aceitem essa modalidade de educação. Ainda mais, se desconsidera que os estudantes entraram para estudar em cursos *exclusivamente presenciais* e não podem ser prejudicados por conta de um período excepcional de pandemia em que se introduza uma modalidade a distância.

A ironia é que nem a própria UFGD tem estrutura para receber essas aulas. Prova disso é a moradia estudantil, em que é constante a internet cair, as vezes por dias inteiros, falta de computadores e problemas de acesso e navegação. Se tínhamos isso sem o início do RAEMF imagine quando começar? Tal situação mostra que a intervenção não se preocupa com os estudantes e já faz parte de seu cálculo de “volta às aulas” a saída e exclusão de dezenas de estudantes dos mais diferentes cursos, principalmente os mais pobres e que mais necessitam de bolsas e assistência estudantil.

Essa é a cara da intervenção e já mostra para que veio. Por isso lutamos conjuntamente contra a intervenção e sua imposição da ead como um grande ataque aos estudantes, professores e comunidade

acadêmica, como investidas contra a democracia e autonomia universitárias e contra o direito de ensinar, estudar e aprender!

Já mostramos que é possível conseguir grandes vitórias com mobilização e luta combativa. Ano passado a intervenção tinha os mesmos planos de hoje e tentou impor a obrigatoriedade do RAE, chantageando com a ameaça de corte de bolsas e assistência. Com luta e mobilização conseguimos fazê-la recuar sendo a UFGD uma das únicas universidades do país que conseguiu que as aulas a distância não fossem obrigatórias para os estudantes (exceto os de PIBID e Residência pedagógica) e sem colocar as aulas a distância como um período regular, ou seja, indo totalmente ao contrário das intenções do governo federal. E isso mantendo as bolsas e assistência durante o ano inteiro, conquistando bolsa emergencial e inclusive testes de covid para os moradores da moradia estudantil. Ou seja, com luta conseguimos nossos direitos e vai ser assim que também faremos hoje!

Continuaremos lutando por todos os meios até enterrar a intervenção e seus ataques. Nesse momento histórico, certamente os estudantes e professores não faltarão à luta e se levantarão por seus direitos em defesa da gratuidade, democracia e autonomia nas universidades.

Diante de todo o exposto exigimos:

1 – A renúncia do novo interventor;

2 - Suspensão das obrigatoriedades de matrícula, frequência e carga horária mínima nas aulas a distância para o recebimento das bolsas, moradia estudantil e vínculo com a universidade;

3 - Manutenção integral e sem cortes de todas as bolsas.

E não pararemos até que sejam atendidas.

Dourados, 26 de Fevereiro de 2021

Executiva Sul-Mato Grossense de Estudantes de Pedagogia – ExSMEPe

Executiva Nacional de Estudantes de Pedagogia - ExNEPe